

IMPERATRIZ LEOPOLDINA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL UNIVAP 2013

Débora Silva Conceição¹, Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Papali².

Universidade do Vale do Paraíba, Rua Dr. Tertuliano Delphim Jr, 181 - Jardim Aquarius, São José dos Campos SP, angell_prado@hotmail.com papali@univap.br.

Resumo- Este trabalho tem como objetivo discutir em que medida a influência da Imperatriz Leopoldina pode ser constatada no processo de independência do Brasil. Busca-se destacar o processo político internacional e brasileiro. Como fontes primárias foram utilizadas cerca de 40 cartas enviadas pela Imperatriz Leopoldina, as quais encontram-se sob a tutela da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Para interpretação e análise desse processo utilizamos de bibliografia especializada sobre o tema

Palavras - chave: processo de independência do Brasil, Imperatriz Leopoldina, gênero.

Área do Conhecimento: História

Introdução

No início do século XIX, a Europa estava passando por um momento muito conturbado, convulsionada pelas chamadas guerras napoleônicas, que começaram com um processo revolucionário francês, o qual estava gerando impactos por toda Europa do século XIX, por ter caráter liberal.

Nesse período, buscando uma figura que estivesse sendo vista com bons olhos pelas camadas populares, a alta burguesia francesa escolheu o comandante Napoleão Bonaparte como Imperador. Napoleão cria um projeto para transformar a França em uma grande potência econômica.

Napoleão tinha como concepção uma autocracia de um só Imperialismo francês, cujos soberanos eram prisioneiros ou reféns e tinham por ele suas fronteiras traçadas, ampliadas ou suprimidas (NORTON, 2006, p.24).

Em 1806 Napoleão cria um bloqueio continental, proibindo todas as nações europeias de comercializarem com a Inglaterra, com o objetivo de enfraquecer a economia inglesa.

Portugal não respeitou o bloqueio continental e tinha a Inglaterra como principal parceira de negócios, deixando Napoleão e seu exército furiosos.

Neste mesmo período Napoleão invadiu Portugal, no entanto, antes desse fato acontecer a Corte portuguesa resolveu transferir-se para sua

principal colônia, o Brasil. Para isso contou com a ajuda de sua aliada, a Inglaterra.

Luiz Norton afirma que:

O príncipe regente D. João, transferindo voluntariamente a sua corte para os domínios portugueses da América, salvara a monarquia com suas colônias ultramarinas; em vez de uma expatriação ignominiosa, com prisão no lugar do desterro – como aquela que Napoleão impusera aos reis da Espanha –, o príncipe regente de Portugal fundara no Brasil um novo império perpetuador dos vínculos históricos da nação portuguesa (NORTON, 2006, p.24).

O ato de transposição da sede da realeza, de Lisboa para o Rio de Janeiro não era apenas de interesse nacional, essa transição interessava a Europa inteira, pois afirmava a continuidade dos princípios unitários das monarquias continentais europeias. O fato de a família real ter vindo para o Brasil após uma confirmação de um ataque napoleônico não significa que este ato foi impensado ou indecoroso, pois é certo que o embarque da família real fora previsto com antecedência de muitos anos e refletido em todas as suas consequências, segundo Luiz Norton:

Abandonar a Europa para fundar no Brasil um grande império fora, em Portugal, desde o século XVI um plano esboçado, estudado maduramente por soberanos e estadistas, quando circunstâncias políticas tornaram periclitantes a soberania continental portuguesa ou esta foi ameaçada por estranhas

tentativas de absorção fulminante (NORTON, 2006, p. 24,25).

Em 29 de novembro de 1807 partia para o Brasil toda família real, ministros, funcionários públicos, clero, nobreza com mobiliários diversos, material das repartições públicas e privadas.

O vice-rei do Brasil D. Marcos de Noronha e Brito ainda ignorava em janeiro de 1808, que o príncipe com toda a sua família e corte havia embarcado para o Brasil (NORTON, 2006, p.44).



Figura1: chegada da família imperial em 1808.

Fonte: <http://emanuelnunesilva.blogspot.com.br/p/brasil-e-portugal-na-mesma-nau.html>

Em 18 de janeiro de 1808 a corte portuguesa chega à costa da Bahia. No dia 28 do mesmo mês D. João VI outorgou ao Brasil uma verdadeira carta de alforria abolindo o sistema colonial de restrições comerciais, concedendo ampla liberdade de comércio a todas as nações estrangeiras amigas da corte portuguesa e permitindo a entrada de quaisquer gêneros, fazendas e mercadorias, transportadas em navios que não pertencessem a países inimigos (NORTON, 2006, p.46).

Para que os acordos comerciais não fossem quebrados, era comum que as monarquias Ibéricas recorressem à política usual de alianças matrimoniais. Essas alianças envolviam, na maioria das vezes, uma ação na tentativa de superar os momentos de profunda instabilidade política e social. Tais questões estavam acima do laço sentimental (PRIORE, 2012, p. 14).

Desde a idade dos nove anos que o príncipe real D. Pedro I era indicado como candidato político à mão de várias princesas europeias. Em 1816, foi ordenado a Rodrigo Navarro de Andrade, encarregado de negócios de Portugal em Viena que iniciasse as negociações para o ajuste do casamento de D. Pedro I com D. Leopoldina (NORTON, 2006, p.73).

Maria Leopoldina Josefa Carolina de Habsburgo, mais conhecida como a imperatriz

Leopoldina, primeira imperatriz do Brasil, era filha de Francisco I rei da Áustria.



Figura 2: imagem da Imperatriz Leopoldina.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:29-_Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg

Dona Leopoldina teve papel fundamental no processo de independência do Brasil, pois foi ocupando o cargo de princesa regente que esteve à frente em todos os momentos das negociações da independência da colônia (PRIORE, 2012, p. 89).

Próxima de Jose Bonifácio, com quem governou muito de perto, a princesa passou a apoiar tanto o projeto para a permanência do príncipe no Brasil como a ideia de independência, antes mesmo do seu marido (Cartas de uma Imperatriz, p. 106).

Certamente a imperatriz Leopoldina estava a frente da sua época, pois as mulheres daquela sociedade estavam condenadas a pagar eternamente pelo erro de Eva, e viver sujeitas aos seus maridos. À mulher não cabia governar, pois mulher considerada decente para a época deveria ser submissa e conservar o silêncio (PRIORE, 2012, p. 46).

Metodologia

Esta pesquisa enquadra-se no domínio da história social. Tem-se como campo a história cultural. Como abordagem a pesquisa se enquadra na história de gênero, pois trabalha com história das mulheres em um período que a mulher era vista apenas como objeto.

Para o desenvolvimento deste trabalho foram pesquisadas cerca de 40 cartas da Imperatriz Leopoldina, as quais foram enviadas para sua irmã Maria Luiza, para seu pai Francisco I rei da Áustria, para seu marido D. Pedro I. Essa correspondência faz parte de um acervo de aproximadamente 224 cartas da Imperatriz Leopoldina, as quais se encontram no acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Utilizamos de literatura sobre o contexto do Brasil Império, nas dimensões da História social,

econômica e política, bem como nos valem os sites e artigos científicos.

A proposta enquadra-se no campo da técnica do fazer histórico e tem como eixo norteador Dona Leopoldina como sujeito social importante no processo político de independência do Brasil.

Discussão

Leopoldina nasceu em 22 de janeiro de 1797, era a quinta herdeira de doze filhos. Passou a infância brincando no palácio de Viena sendo educada por sua mãe Maria Tereza Sicília. Sempre soube de suas atribuições como relata em uma carta endereçada a sua irmã mais íntima, Maria Luiza em 1816;

“Uma princesa nunca pode agir como quer”
(GOMES, 2010, p.127).

A imperatriz Leopoldina teve uma educação diferenciada de outras mulheres da época, mesmo para uma representante da nobreza. A casa de Habsburgo era bem conhecida por sua forma peculiar de educar. Diferente das outras princesas, a então arquiduquesa teve uma educação bem rica e rígida, aprendendo desde cedo matemática e política, enquanto as demais princesas apreendiam aulas de boas maneiras e apenas o necessário para o aprendizado da leitura. A educação das arquiduquesas reprimia desde cedo qualquer questionamento da autoridade e das decisões paternas (Cartas de uma Imperatriz, p.37).

Leopoldina estava prometida em casamento a Frederico Augusto Sobrinho, o sucessor do rei da Saxônia, mas em seu lugar foi enviada sua irmã mais nova, Carolina, que se casou em 1819. A então arquiduquesa Maria Leopoldina foi pedida em casamento pela casa dos Bragança por meio de um enviado, o Marquês de Marialva, após este andar pela Europa em tentativas mal sucedidas em outras cortes, para casar o herdeiro do trono lusitano Dom Pedro I.

Seu pai não precisou de muito esforço para convencer Leopoldina a se casar, pois a princesa havia sido educada para se curvar diante dos desejos de seu pai e Estado (Cartas de uma Imperatriz, p.70).

Em uma carta à sua irmã Luiza em 1816, Leopoldina reafirma a obediência e a educação a ela dada;

“E agora, para contar como tudo se desenrolou o querido papai me disse no dia do casamento da Maria que ele me deixaria escolher entre aquele sobre quem já te escrevi anteriormente e o atual, mas que eu teria de me decidir em dois dias; [...] em

resumo este último e, portanto fiz o que ele desejava, na firme convicção de que quando cumprimos a vontade de nossos pais seremos felizes em qualquer situação[...]” (Biblioteca Nacional, carta a Luiza, 24.09.1816).

Seu casamento foi resultado de uma aliança entre a casa dos Bragança e a casa de Habsburgo, pois para Francisco I seria uma forma de aliar as cortes europeias com a América “estando tudo em Família” (Cartas de uma Imperatriz, p.70).

Realizado o casamento por procuração, Leopoldina começou a estudar tudo que podia sobre o Brasil, inclusive aprendendo a língua e se preparando para a viagem.

No século XIX, as mulheres estavam sujeitas a serem submissas a seus maridos e à igreja. Qualquer comportamento que fosse diferente era mal visto pela sociedade (PRIORE, 2012, p. 45).

À mulher cabia apenas o papel da maternidade, e algumas vezes de objeto de troca entre famílias para estreitar seus laços.

Criada para servir ao Estado e ao seu pai, Leopoldina, no entanto, mostrava-se diferente, em alguns aspectos, das outras mulheres. Havia estudado política e, por isso, estava sempre atenta e disposta a opinar.

Leopoldina partiu de Viena para o Brasil em 3 de junho de 1817 com sua comitiva de pesquisadores, botânicos, artistas, entre outros, para uma viagem de 48 dias. Quando chegou, se deparou com uma terra desconhecida e bem diferente de Viena, sua cidade natal. Deslumbrada com o que viu, escreveu uma carta a sua irmã:

As noites são mágicas nos trópicos, cheias de ruídos, produzidas por seres que piam, batem asas, rastejam entre folhas secas (...) frutos maduros que tombam das árvores, águas que correm e o coaxar dos sapos (...). Não existe silêncio, jamais, neste lado do mundo (1822, p. 132).

Por questões políticas, em 1821 os Bragança foram obrigados a retornar para Portugal deixando como príncipe regente D. Pedro I. Nesse mesmo momento a Colônia encontrava-se em meio às agitações políticas, era perceptível uma unidade nacional se construindo, portugueses e brasileiros estavam em pé de guerra (DANTAS, 2011, p.136,137).

Sempre que precisava, D. Pedro I consultava sua esposa em relação à política de Estado e, por vezes a deixava como princesa regente, substituindo-o.

Em agosto de 1822, D. Pedro I nomeou D. Leopoldina Chefe de Conselho de Estado e

Regente Interina do Brasil Colônia, com poderes legais para governar a colônia, e a partir disso, ele partiu para São Paulo para tentar apaziguar os ânimos, e tentar solucionar os conflitos políticos da província e obter a unidade regional.

Segundo Mary Del Priore São Paulo estava dividida “São Paulo, dividido na mão de grupos rivais, ainda que todos a favor da independência e liberdade” (2012, p.90).

Um mês depois, em setembro de 1822, sabendo que Portugal exigia a volta de D. Pedro, D. Leopoldina reúne o Conselho de Estado e assina o decreto de Independência, declarando o Brasil separado de Portugal. Logo após sua assinatura ela envia uma carta a seu marido dizendo:

“O pomo está maduro, colha-o já, senão apodrece” (1822, p. 36).



figura3; imagem da Imperatriz Leopoldina reunida com o conselho para assinatura da Independência do Brasil. Fonte; <http://rainhastragicas.com/2013/05/29/a-imperatriz-leopoldina-e-o-fantasma-de-maria-antonieta/>

Ao analisar o conteúdo das cartas enviadas por D. Leopoldina à sua irmã, ao seu pai e ao seu esposo D. Pedro I, foi possível identificar que a princesa estava a todo o momento atuante no contexto político e social do Brasil, à época da independência.

Em uma de suas cartas a seu pai Francisco I, no ano de 1821 é possível verificar sua influência política:

São Cristóvão, 9 de junho de 1821
[.] Aqui esta uma verdadeira miséria, todos os dias novas cenas de revolta; os verdadeiros brasileiros são cabeças boas e tranquilas, as tropas portuguesas estão animadas pelo pior espírito, e meu esposo, infelizmente, ama os novos princípios e não da exemplo de firmeza, como seria preciso pois atemorizar é o único meio de por termo a rebelião; receio que tome consciência tarde demais, com seu próprio prejuízo, e só posso ver um futuro negro; Deus sabe o que ainda acontecerá conosco. O que mais me dói são meus filhos que vem ao

mundo numa época tão ruim; se pudesse [...] mais perto de minha querida [...] pátria [...] (Cartas de uma Imperatriz, p.381).

Em outra carta, endereçada a seu marido D. Pedro I, em setembro de 1822 Leopoldina mostra mais uma vez seu interesse pelos assuntos políticos de Estado;

São Cristóvão, no dia 13 de setembro de 1822, Ontem à noite recebi a sua carta na qual me diz que responde aos ofícios do 20; ela me zangou muito vendo que ainda não toma a resolução de vir que é mais necessária do que nunca; o estado das coisas não é nada bonito, e eu já não estou para sofrer maroteiras, as quais só o senhor com medidas enérgicas pode remediar. Assentou se no despacho que se mande chamar Lorde Cochrane¹² para cá; a defesa do nosso porto, faltando-nos esquadra (Cartas de uma Imperatriz, p. 412).

Uma carta enviada ao Barão Von Sturmer, da Alemanha, em 1823, fica evidente a atuação de Leopoldina na política brasileira:

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1823

Prezado Sturmer!

Recomendo o portador desta missiva, como homem esclarecido e integro a sua amizade. Está de partida para a minha amada, indelével pátria, para tratar de assuntos em incumbências políticas. Escrevi ao meu amado pai com toda sinceridade possível, apresentando lhe sob a ótica verdadeira a situação calma e prospera do Brasil, agraciado com uma constituição sensata, da qual o portador desta lhe dará os principais artigos. Agora nada mais me resta se não desejar como prova de sua amizade e forma de pensar de um alemão probo que o senhor seja o intermediador junto a meu amado pai a fim de que ele se declare protetor e aliado do Brasil, o que seria um dos mais felizes e lindos dias para mim e meu esposo. (Cartas de uma Imperatriz, p.419).

Considerações finais

D. Leopoldina, mesmo criada para servir, como a maioria das mulheres de seu tempo, manteve uma atuação política acima do comum e para além dos costumes tradicionais da época. À mulher, nos moldes habituais do século XIX, cabia apenas o papel de esposa e progenitora.

No entanto, as fontes consultadas nos mostram uma Leopoldina diferente, uma mulher que foi peça chave no processo de Independência do Brasil, a qual, mesmo desempenhando o papel de esposa e progenitora também era uma mulher de consciência política e estratégica.

Referências

- BOJADSEN, Angel. (org). **Cartas de uma imperatriz / pesquisa e seleção de cartas** Bettina Kann e Patricia Souza Lima; artigos István Jancsó... [et al.]; coordenação editorial Angel Bojadsen; tradução Tereza Maria de Castro e Guilherme Jose de Freitas Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 2006 496.: il.
 - DANTAS, Monica Duarte. (org). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX** – São Paulo: Alameda, 2011.
 - DIAS, Maria Odília Leite da Silva. **A interiorização da Metrópole e outros estudos** / Maria Odília Leite da Silva Dias. – São Paulo: Alameda, 2005.
 - GOMES, Laurentino. **1822 como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar o Brasil, um país que tudo pra dar errado** / Laurentino Gomes- Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.
 - NORTON, Luiz. **A corte de Portugal no Brasil; (notas, alguns documentos diplomáticos e cartas da imperatriz Leopoldina)** / Luiz Norton 3ª ed. Ilus.— São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2008. – (Coleção Brasileira)
 - PRIORE, Mary Del. 1952 – **A carne e o sangue; A imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a marquesa de Santos** / Mary del Priore. – Rio de Janeiro: Rocco, 2012.
 - PRIORE, Mary Del. **Historia das mulheres no Brasil** / Mary Del Priore (org); Carla Bassanezi Pinnsky (cood de textos) 10.ed. 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2012.
- Fontes**
- Imagem1;
<http://emanuelnunesilva.blogspot.com.br/p/brasil-e-portugal-na-mesma-nau.html>
 - Imagem2;
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:29-Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg
 - Imagem3;
<http://rainhastragicas.com/2013/05/29/a-imperatriz-leopoldina-e-o-fantasma-de-maria-antonieta/>
 - Depoimento do príncipe Dom Bertrand de Orleans e Bragança;
<http://www.youtube.com/watch?v=kxpsoujDFDY&feature=youtu.be>